**QUESTIONAR PARA AVALIAR: QUESTIONAMENTOS E REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO**

Emilene Busquet de Barcelos

(Professora da Secretaria de Educação do Município de Petrópolis)

Resumo:

Este texto busca levantar questionamentos e reflexões sobre a avaliação desde uma perspectiva pedagógica, como promotora de aprendizagens, (Souza, Ferreira, Marcondes, 2014), como também capaz de produzir ideais de sucesso e sobretudo fracasso. Destacando as implicações e influências das avaliações externas nas avaliações escolares (Afonso,2019) e como elas corroboram para a produção de discursos que culpabilizam professores e estudantes por suas defasagens de aprendizagens, assim como contribuem para a manutenção de uma ideia empobrecedora de avaliação. (Bonamino, Souza, 2012).

Palavras Chaves: Avaliação, Avaliação externa , Aprendizagem

**Um convite ao estranhamento**

Inicio este texto fazendo um convite ao estranhamento à avaliação. Ao trabalhar com educação a palavra avaliação e a sua prática se tornam tão habituais que lidamos com ela como se fosse algo que já se deu a conhecer e que é o que é. Praticamos a avaliação cotidianamente no trabalho docente, uma etapa obrigatória. Mas para quê avaliar? O que estou avaliando? Como avaliar? Acredito que ocasionalmente seja interessante levantarmos questionamentos e nos estranharmos com algo tão comum que julgamos ter total controle, conhecimento e prática. Pôr em questão e tensionar o que entendemos por avaliação e como a estamos praticando é um exercício para as discussões que proponho levantar e até certo ponto tentar responder às questões que até aqui foram postas e que surgirão ao longo do texto, mesmo que provisoriamente.

Neste trabalho busco levantar questionamentos e reflexões sobre a avaliação, desde uma perspectiva pedagógica, promotora de aprendizagens, como também capaz de produzir ideais de sucesso e sobretudo fracasso. Destacando as implicações e influências das avaliações externas nas avaliações escolares e como elas corroboram para a produção de discursos que culpabilizam professores e estudantes por suas defasagens de aprendizagens, assim como contribuem para a manutenção de uma ideia empobrecedora de avaliação.

**O que se quer ao avaliar? Por que avaliar?**

Seguindo a provocação da parte introdutória deste texto, proponho, num primeiro momento, refletirmos que sentido(s) atribuímos quando pensamos em avaliação. A avaliação se consolidou como processo indissociável dos processos de ensino e aprendizagem e para o planejamento curricular, operando como a última etapa na implementação do currículo, correspondendo a um “procedimento para informar sobre a eficácia do currículo” (Lopes, Macedo, 2011, p.49). Atuando como o encerramento de um trabalho, servindo para verificar se os objetivos foram atingidos, se as aprendizagens almejadas e pré-definidas foram alcançadas. Essa perspectiva de avaliação fica evidenciada nas práticas avaliativas cotidianas, tais quais as provas e testes realizadas ao fim de um período letivo que resultam em notas, demarcações de erros e acertos, aprendizagens e não aprendizagens, aprovações e reprovações e tantas outras classificações. Classificações que reduzem o potencial pedagógico da avaliação, apesar de estar inserida em um processo que se pretende pedagógico, reduzindo-a ao estágio final de um processo. Chamo a atenção para o que digo sobre potencial pedagógico da avaliação pois entendo que a avaliação é uma prática intrinsicamente pedagógica e, por isso, uma atividade que se propõe auxiliar no desenvolvimento e aprendizagens dos estudantes, assim como auxilia professores nas decisões a serem tomadas em seu trabalho, “ a avaliação como prática pedagógica tem o compromisso com o processo educativo, com o desenvolvimento dos alunos e com o aperfeiçoamento do ensino” (Souza, Ferreira, Marcondes, 2014, p. 177) e não apenas uma atividade protocolar de aferir resultados realizada de maneira autômota.

 Neste trabalho escolho fazer uma distinção entre o que chamarei de avaliação pedagógica e avaliação escolar. Avaliação pedagógica sendo aquela comprometida com a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (Souza, Ferreira, Marcondes, 2014) e a avaliação escolar as avaliações realizadas no contexto estritamente escolar pelos docentes, que por vezes é realizada com o intuito de verificar e atestar resultados.

Barriga (2018) argumenta que a avaliação possui três dimensões, são elas: técnica, política e pedagógica. Para o autor, a dimensão política envolve o papel de protagonismo da avaliação, sobretudo em avaliações externas, “em especial, no que se refere aos processos exclusão-inclusão, diferença-diversidade, igualdade-equidade” (Lemos, Pereira, p. 120, 2021) envolvendo também tomada de decisões “sobre avaliação, ensino, aprendizagem; envolve colocar-se em diálogo consigo e com os outros” (Lemos, Pereira, p. 120, 2021). A dimensão pedagógica está implicada com as relações estabelecidas entre os processos de ensino e aprendizagem com a avaliação, entendendo a avaliação como parte do currículo. Sendo assim a avaliação é entendida como espaço em que os alunos têm oportunidade de demonstrar o que sabem, o que ainda podem vir a saber o que demanda mais atenção e aponta o que o pode ser feito para auxiliá-los. Já a dimensão técnica refere-se à construção e organização dos instrumentos avaliativos. Barriga (2018) destaca que essas dimensões não devem ser isoladas, mas precisam estar articuladas.

O que aqui estou chamando de Avaliação Escolar, Luckesi (2011) denomina de Pedagogia do Exame, nesta perspectiva a avaliação é centrada nos instrumentos avaliativos e nos resultados obtidos através deles e está ligada a uma concepção de educação que entende o processo de ensino como transmissão e o momento da avaliação como a devolutiva da apropriação aquilo que foi transmitido. Essa perspectiva, segundo o que nos aponta Barriga (2018), privilegia a dimensão técnica, o que segue sendo o “protocolo” das práticas avaliativas realizadas nas escolas. Práticas que pouco promovem o movimento de aprendizagem, mas de treinamento para responder corretamente.

Nos interessa um processo pedagógico que não busca desenvolver aprendizagens significativas? Nos interessa um processo educativo em que se condiciona os alunos a nos devolverem resultados pré-estabelecidos?

Para tentar responder a esses questionamentos e ampliar as significações, faremos o movimento de privilegiar a dimensão pedagógica da avaliação. A Avaliação Pedagógica é entendida como parte do processo pedagógico e não apenas como uma etapa, ela perpassa pelos processos de ensino e aprendizagem, agindo como um facilitador e norteador desse processo. “A avaliação como prática pedagógica tem o compromisso com o processo educativo, com o desenvolvimento dos alunos e com o aperfeiçoamento do ensino.” (Souza, Ferreira, Marcondes, 2014). Nesta perspectiva, avaliar, portanto, exige uma práxis, um movimento de constante reflexão sobre o que foi revelado na avaliação e partir disso (re)orientar o trabalho a fim de se possibilitar construções de aprendizagens.

**Implicações das avaliações externas nas avaliações escolares**

Afonso (2019) chama a atenção para a interferência das avaliações externas e de larga escala nos processos avaliativos mais amplos:

[...] a avaliação externa das aprendizagens dos alunos e os resultados mensuráveis que dela recorrem tem ditado ou condicionado fortemente a avaliação dos professores, a avaliação das escolas, a avaliação dos gestores (diretores) e, até mesmo, de uma forma bastante mais arbitrária, a avaliação dos próprios sistemas educativos e das políticas educacionais. (Afonso, 2019, p. 243-244)

O condicionamento gerado pela avaliação em larga escala tem impactado de maneira considerável as práticas avaliativas nas escolas. É possível notar o movimento de adequação das avaliações escolares a modelos de avaliações externas com a finalidade de preparar/treinar de maneira constante os estudantes para a posterior realização destes testes (Bonamino, Souza, 2012).

Com isso, as avaliações externas reforçam a dimensão técnica da avaliação que ainda se encontra muito presente em muitas salas de aula. Barriga (2018) aponta, usando o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) como referência, que avaliação externa é construída com um alto teor técnico e que carece de elementos pedagógicos, no sentido de promoção e melhoria de aprendizagens. Segundo o autor, “Estritamente falando, eles não são um instrumento que permita melhorar as aprendizagens, não realizam retroalimentação real do trabalho educacional – retroalimentação como uma função substancial da avaliação, não da medição.” Isso evidencia que o objetivo da avaliação escolar tem que estar voltado para o caráter pedagógico da avaliação e que o objetivo da avaliação de larga escala é medir, recolher e mensurar dados pelos mais variados motivos políticos.

**Afinal, o que é avaliar e como avaliar?**

Enquanto professores somos convocados a atender as demandas de políticas externas de educação e avaliação, assim como assumir a responsabilidade sobre o que o nosso trabalho produz. “Avaliar envolve tomar decisões.” (Souza, Ferreira, Marcondes, 2014, p. 177). O que decidir diante das demandas que nos são impostas? Como avaliar diante de tantas disputas? Que decisões tomar para orientar a nossa prática?

Este texto foi uma proposição à reflexão sobre a prática da avaliação e por este motivo não tive a pretensão de chegar a uma resposta definitiva sobre como se deve avaliar ou chegar a uma definição exata sobre o que significa avaliação. A conclusão provisória desse texto é de que não há uma receita pronta para avaliar e nem uma significação única e verdadeira da palavra avaliação. Como dizem Lemos, Pereira (2021) “Não existem certezas, mas alguns princípios podem orientar nossas ações. A responsabilidade ética com o outro é o princípio básico que nos interessa [...]” (p.122). A responsabilidade com nossos alunos é que guia nossas ações, mas isso não significa que não teremos que disputar, negociar e trabalhar com outras significações, imposições e objetivos de avaliação, sem um guia, mas com princípios norteadores que serão construídos e desconstruídos frente às diferentes situações. Mantendo sempre a avaliação e a sua prática em interrogação.

 Finalizo este texto assumindo, em concordância com Cunha (2016)

“[...] que a ausência de certeza não é um mal, nem nos encaminha a defender que tudo vale na educação. Ao contrário, entendo a ausência de certeza permite realçar a compreensão acerca de uma responsabilidade radical, que não é conferida por um conteúdo racional tampouco delegada por alguém e, mesmo assim, está inscrita na decisão que se faz na indecibilidade.” (p.123)

A ausência de certezas que em muitos momentos nos causa angústia e paralisia quando vai ao encontro com nossas tentativas de controle sobre o incontrolável, também é aquela que nos impulsiona e gera esperança para seguir rumo ao horizonte que não tem destino certo e nem é único.

Referências:

AFONSO, Almerindo Janela. Para (re)atualizar a sociologia da avaliação. In ORTIGÃO, M. I. R. O.; DOMINGOS, F.; PEREIRA, T. V.; SANTOS, L. (Orgs.). **Avaliar para aprender no Brasil e em Portugal**: perspectivas teóricas, práticas e de desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2019, p. 257-272

BARRIGA, Á. D. A PROVA PISA: idealização, cidadania global, imposição cultural e ausência de impacto pedagógico didático. In: ORTIGÃO, M. I. R. (Org.). **Políticas de Avaliação, currículo e qualidade**: diálogos sobre o Pisa. Curitiba: CRV, Volume 3, p. 19-38, 2018.

BONAMINO, A; SOUSA, S. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n.2, p.373-388,abr/jun. 2012 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rtQkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ>

CUNHA, É.V. Conexão entre currículo e avaliação como ficção de controle da identidade. IN: FRAGELA, Rita de Cássia (org.). **Currículo, formação e avaliação** – redes de pesquisa em negociação. Curitiba: CRV,2016.

LEMOS, G. A. R. & PEREIRA, T. V. Sobre a arbitrariedade das decisões pedagógicas: currículo e economia como campo semântico. In: PEREIRA, T. V. (Org.). **Avaliação Pedagógica:** limites e possibilidades. Curitiba: CRV, 2021,p. 109-127

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. 22. ed. atual. e aum. São Paulo: Cortez, 2011. 272 p.

SOUZA, C. Prado; FERREIRA, S. L.; MARCONDES, A. P. Justiça na avaliação, igualdade e equidade. In: LOPES, Alice C.; ALBA, Alicia (Org.). **Diálogos curriculares entre Brasil e México.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014,P. 177-205